

2 Pressupostos Teóricos

2.1 Revisão de literatura

Para que pudéssemos verificar como os pronomes e formas de tratamento da língua portuguesa são abordados, utilizamos obras da literatura em português e algumas em inglês.

Das gramáticas tradicionais, escolhemos três de uso frequente no Brasil: Bechara (1999), Cunha & Cintra (2007) e Rocha Lima (2005). Consideramos igualmente relevante a observação do assunto na gramática de usos de Neves (2000). Ainda em relação às obras em português, foram de grande contribuição as considerações de Meyer (1999, 2004) através de uma abordagem sócio-cultural dos pronomes e das formas de tratamento.

Das obras em língua inglesa, foram analisadas as considerações de Perini (2002), Rodrigues et al. (1992), Branco & Williams (2008) e Thomas (1987) para que pudéssemos verificar o teor das informações veiculadas fora do Brasil e que vão contribuir para a formação de um olhar estrangeiro sobre nossa sociedade e cultura.

O estudo de Brown & Gilman (1972) sobre familiaridade e polidez baseados no *tu* e no *vos* do latim foi bastante esclarecedor e de expressiva relevância para nosso estudo.

Na investigação sobre o tema, por meio do sistema de bibliotecas disponibilizado pela PUC-Rio (www.dbd.puc-rio.br), encontramos duas dissertações de mestrado e uma tese de doutorado que tratam da questão dos pronomes e formas de tratamento no português brasileiro e que nos ajudaram não só com informações preciosas, mas também na organização deste trabalho. O estudo de Souza (1996) evidencia a importância do fator sócio-cultural na determinação da escolha dos pronomes e formas de tratamento por parte dos falantes de português como língua materna e também do português como segunda língua. O estudo de Santos (2003) orienta-se para a descrição dos pronomes *tu* e

you e as formas de tratamento no português como segunda língua. Em sua tese, Santos (2008) investiga a aquisição dos pronomes e formas de tratamento no português como segunda língua e da cultura brasileira como segunda cultura.

Os resultados do estudo de Mendes (1998) sobre o uso dos pronomes de tratamento no português brasileiro (com ênfase na dicotomia formalidade/informalidade) forneceram-nos informações sobre a preferência dos interlocutores registrados em um corpus constituído de gravações de intervenções em mesas redondas e os debates subsequentes.

Finalmente, fizemos uma análise do tratamento dado ao nosso tema em cinco livros de português para estrangeiros: *Falar... Ler... Escrever... português: um curso para estrangeiros* (Lima & Iunes, 1999), *Aprendendo português do Brasil: um curso para estrangeiros* (Laroça et al., 2003), *Fala Brasil: português para estrangeiros* (Patrocínio & Coudry, 2007), *Novo Avenida Brasil 1: curso básico de português para estrangeiros* (Lima et al., 2008) e *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação* (Ponce et al., 2008).

2.2 Pronomes e formas de tratamento

2.2.1 Pronomes e formas de tratamento nas gramáticas brasileiras

2.2.1.1 Conceituação e classificação

Inicialmente, acreditamos ser pertinente discorrer sobre o conceito de pronome de tratamento. Sendo assim, fizemos um levantamento em três gramáticas tradicionais de ampla circulação no Brasil: *Moderna Gramática Portuguesa* (Bechara, 1999), *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha & Cintra, 2007) e *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (Rocha Lima, 2005).

Bechara (1999) classifica os pronomes em pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, interrogativos e relativos. Entre os pronomes

personais encontramos as *formas de tratamento*, que podem ser chamadas de *formas substantivas de tratamento* ou *formas pronominais de tratamento* de 2ª pessoa que levam o verbo para a 3ª pessoa. São elas: *ocê, vocês, o Senhor e a Senhora*. O autor também refere-se a tais formas como pronomes de tratamento ao afirmar “A estes pronomes de tratamento pertencem as formas de reverência que consistem em nos dirigirmos às pessoas pelos seus atributos ou qualidades que ocupam” (ibid: p. 165). Aliás, em nota de rodapé, afirma existir uma discussão sobre a classificação de *o Senhor, a Senhora*, etc. em formas substantivas de tratamento ou pronome de tratamento, sugerindo consulta a algumas obras. Em nosso trabalho, consideraremos *ocê, vocês, o Senhor e a Senhora* pronomes de tratamento, o que se deve ao fato de termos encontrado a mesma classificação na maioria das obras consultadas.

Cunha & Cintra (2007: p. 289) definem pronomes de tratamento como “certas palavras e locuções que valem por verdadeiros pronomes pessoais, como: *ocê, o senhor, Vossa Excelência*”, acrescentando que levam o verbo para a 3ª pessoa apesar de designarem a 2ª pessoa.

Por sua vez, Rocha Lima (2005) não traz especificamente uma definição para forma ou pronome de tratamento. Apenas afirma existirem pronomes pessoais de 2ª pessoa que requerem o verbo na 3ª pessoa, citando *ocê/vocês* para um tratamento familiar, *o Senhor/a Senhora* para um tratamento cerimonioso, e os pronomes de reverência.

Pesquisamos também o assunto na *Gramática de Usos do Português* (Neves, 2000), mas não encontramos o conceito de pronome de tratamento.

Por fim, para complementar as definições acima, selecionamos a definição de Domingos (2000) em sua obra *Pronomes de tratamento do português do século XVI: uma gramática de uso*. Segundo a autora (ibid: p. 21), pronomes de tratamento são “pronomes com os quais se estabelece uma relação direta entre falantes e ouvintes expressando distanciamento ou não entre eles.” O valor de tratamento igualitário, de superior para inferior, de inferior para superior, de + intimidade ou + afetividade, etc. torna possível afirmar que “pronome de tratamento é a representação no discurso do *ser-social*”. Para a autora, “somente o uso determina a regra”, ou seja, “as regras são sociais”.

Essa última definição reforça o que diz Meyer (1999) sobre a diversidade e o uso dos pronomes e das formas de tratamento em português, confuso

especialmente para os aprendizes estrangeiros do português, já que fatores tais como o grau de formalidade de cada situação e a dicotomia proximidade/distanciamento interferem nas escolhas do falante. Além disso, a inexistência de uma relação biunívoca necessária entre formalidade e distanciamento ou informalidade e proximidade torna ainda mais difícil saber qual forma usar.

“O manejo destas variadas combinatórias de formas de tratamento é simplesmente desesperante para o falante não nativo do português. Isto porque dominar estas estruturas linguísticas é muito mais do que simplesmente aprender uma língua estrangeira: é jogar um novo jogo social, com novas regras; é adquirir um novo padrão de relacionamento interpessoal que implica a aplicação de novas regras de polidez.” (ibid: p. 76)

2.2.1.2

O uso dos pronomes e das formas de tratamento

Ao justificarmos nossa escolha pelo tema desta pesquisa, afirmamos que as obras utilizadas para um levantamento inicial de como tal tema é abordado não fornecem informações minuciosas quanto ao uso dos pronomes e das formas de tratamento. De fato, a maioria enfatiza a questão da formalidade/informalidade das situações como fator determinante para a escolha de *o senhor/a senhora* ou *você*, generalizando o assunto. Há ainda obras que sequer o contemplam. Sendo assim, apresentaremos a seguir informações coletadas por meio da análise de quatro gramáticas de língua portuguesa.

Das três gramáticas tradicionais escolhidas, a de Rocha Lima (2005) é a que menos fornece informações. Menciona apenas que *você* e o plural *vocês* referem-se a um tratamento familiar e *o Senhor e a Senhora* referem-se a um tratamento cerimonioso. Em seguida, lista os pronomes de reverência *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *Vossa Alteza*, *Vossa Majestade*, etc., explicitando a quem eles se referem.

Bechara (1999), assim como Rocha Lima (2005), menciona que *você* e o plural *vocês* são usados no tratamento familiar e *o Senhor e a Senhora* no tratamento cerimonioso. Logo após, também lista as formas de reverência *Vossa Alteza*, *Vossa Eminência*, *Vossa Excelência*, *Vossa Magnificência*, *Vossa*

Majestade, etc., explicitando as pessoas a quem elas se dirigem de acordo com seus atributos e cargos que ocupam. Faz apenas algumas observações a mais quanto ao uso de *Vossa e Sua* nas formas de reverência e quanto aos usos de *Dom, você, a gente*, e *vós e vosso* em Portugal. Como nosso trabalho orienta-se para os usos dos pronomes *você* e *o senhor/a senhora*, apresentamos a observação feita a respeito do pronome *você*:

“*Você*, hoje usado familiarmente, é a redução da forma de reverência *Vossa Mercê*. Caindo o pronome *vós* em desuso, só usado nas orações e estilo solene, emprega-se *vocês* como o plural de *tu*.” (Bechara, 1999: p. 166)

Já Cunha & Cintra (2007) dedicam oito páginas de sua gramática aos pronomes e formas de tratamento. Inicialmente, os autores apresentam uma definição para pronomes de tratamento, seguida de exemplos. Em seguida, podemos verificar uma tabela com o que chamam de *formas de tratamento reverente*. Fornecem as abreviaturas com que são indicadas na escrita, indicam a quem tais formas se destinam e fazem algumas observações quanto à utilização delas. Finalmente, apresentam considerações a respeito do emprego dos pronomes de tratamento de 2ª pessoa. Merecem destaque as observações referentes ao emprego de *tu* e *você* e ao emprego de *o senhor/a senhora*, as quais apresentamos de forma resumida:

- **Tu e você.** *Tu* é utilizado no extremo Sul do Brasil e em alguns pontos da região Norte. Nas outras regiões do Brasil, *você* é a forma preferida para indicar intimidade. Fora desse campo, *você* é também utilizado como tratamento entre iguais ou de superior para inferior.
- **O senhor/a senhora.** Opõem-se a *você* no português brasileiro, expressando respeito ou cortesia. Quando anteposta a um nome próprio, a forma *o senhor* assume a forma *seu*. Ex.: *Seu Firmino, o senhor duvida da minha palavra?*

Por sua vez, Neves (2000) apenas menciona o fato de *você* e *vocês* se referirem à 2ª pessoa, mas com o verbo na 3ª pessoa, assim como ocorre com os

pronomes de tratamento como *Vossa Senhoria*, *Vossa Excelência*, *o senhor/a senhora*. Ainda (e somente) em relação a *você*, afirma ser seu emprego muito mais difundido do que o emprego do *tu* e menciona a possibilidade de haver uma mistura de formas de referência pessoal de 2^a e de 3^a pessoa, como neste exemplo: *Não é um pouco estranho que **você** tenha medo de que **sua** mulher se suicide e não tenha medo de que ela **te** mate?*

Dessa forma, concluímos que as gramáticas analisadas não dão conta da complexidade existente em relação ao uso dos pronomes e das formas de tratamento no português do Brasil. Na verdade, sabemos que as gramáticas tradicionais não têm por objetivo tratar de questões pragmático-discursivas e culturais do português brasileiro, mas se ocupam da descrição das estruturas linguísticas. Contudo, entendemos que a descrição dos reais usos da língua e a análise das variantes linguísticas seriam, inclusive, um excelente meio de promover o interesse dos alunos brasileiros pela língua portuguesa como língua materna, tachada de difícil e incompreensível por muitos, já que a língua falada difere da língua das gramáticas. Em relação às formas e aos pronomes de tratamento, acreditamos ser uma abordagem sócio-cultural do assunto necessária para que nossos jovens brasileiros os utilizem de forma consciente.

Por tudo isso, reforçamos nossa opinião quanto à necessidade de desenvolvermos pesquisas que possam contribuir para a descrição dos contextos de uso que favorecem o emprego de diferentes formas e pronomes de tratamento.

2.2.2 **Contribuições de trabalhos anteriores**

Em sua dissertação de mestrado, Santos (2003) descreveu o uso dos pronomes e formas de tratamento através de uma pesquisa com alunos estrangeiros, identificando os contextos de proximidade e distanciamento que contribuíam para determinar suas escolhas.

Enfocando o tratamento no português carioca, a autora citada (ibid: p. 35) descreveu o sistema ternário de tratamento característico do português brasileiro:

- **Tu** → Seguido de flexão verbal de terceira pessoa do singular, é usado em contexto de grande informalidade, podendo significar proximidade, intimidade e afetividade. Normalmente, é utilizado por amigos íntimos e jovens. Ex.: *Tu é muito legal!*
- **Você** → Usado em todas as ocasiões, é considerado uma forma padrão. Desde que não seja usado como nos contextos anteriores, é uma forma de não pôr em risco a face do ouvinte. Ex.: *Você está bem hoje.*
- **O Senhor / A Senhora** → Usado para falar com o chefe quando há uma considerável diferença de idade ou com pessoas mais velhas. Pode ser usado, também, por crianças ao dirigirem-se a seus pais ou por empregados ao dirigirem-se a suas patroas. Existe um caso específico em que é usado para enfatizar uma ordem, como uma mãe falando com seu filho, a fim de chamar sua atenção. Ex: *A senhora deseja a salada agora?*

Quanto às formas de tratamento, que são também marcadores de proximidade ou distanciamento, Santos (ibid: p. 38) identifica as seguintes opções:

- **Título** → usado para marcar uma hierarquia entre os participantes, refletindo as relações sociais. Ele pode aparecer sozinho ou acompanhado pelo nome do receptor.
- **Nome + sobrenome** → quando aparece sozinho, o nome pode explicitar uma proximidade entre os participantes. No entanto, quando aparece com o sobrenome (ou um segundo nome) cria um maior distanciamento entre eles.
- **Formas de tratamento especiais** → normalmente usadas entre jovens, criam um ambiente de proximidade. Podem ser usadas também como forma de identificação de determinados grupos sociais no Rio de

Janeiro. Entre outras, encontramos: *cara, moleque, meu amigo, meu irmão*, ou a emprestada da língua inglesa *brother*, e as formas carinhosas ou pejorativas como: *minha querida, meu amorzinho, gatinha* e outras.

Segundo Santos (2008), o uso do primeiro nome e das formas de tratamento especiais representa uma estratégia de envolvimento, caracterizada por um contexto de proximidade entre os participantes, enquanto o uso de títulos e sobrenomes representa uma estratégia linguística de independência, caracterizada por uma tentativa de distanciamento.

Santos (2003) chama ainda atenção para a *marca zero*, ou seja, quando não há referenciais explícitos de tratamento, uma forma de se esquivar de uma possível ameaça à face do ouvinte e de proteger a própria face do falante quando este não consegue identificar qual a forma mais apropriada à situação em que se encontra.

Contribuiu também significativamente para nosso trabalho o estudo de Souza (1996) sobre o uso pronominal das formas de tratamento no português carioca. Focando o *Uso Livre* dos pronomes e formas de tratamento, caracterizado pelo uso de diferentes pronomes ou formas dentro de um mesmo enunciado com referência ao mesmo receptor, ou ainda pela combinação destes com formas verbais ou pronominais não correlatas, o autor evidencia a possibilidade de haver, no português do Rio de Janeiro, a combinação de um tratamento formal ou semi-formal com um tratamento familiar. Como exemplo, o autor cita uma conversa entre patroa e empregada na qual a primeira dirige-se à segunda utilizando a forma de tratamento *dona* e o pronome *você*: ***Dona Maria, você vai, Dona Maria?***

Meyer (1999) refere-se a essa “mistura” ao apontar que formalidade e distanciamento, assim como informalidade e proximidade, não caminham sempre juntos. Sendo assim, podemos encontrar no português enunciados que se caracterizam pelos seguintes registros e relações existente entre os interlocutores: formal e distante, semi-formal e meio distante, coloquial e próxima, coloquial e distante, familiar e próxima.

Abordando a questão do tratamento em língua portuguesa com ênfase na dicotomia formalidade/informalidade, o estudo de Mendes (1998), por meio dos dados coletados em vinte e cinco horas de gravação de intervenções feitas em dez

mesas redondas e nos debates subsequentes, registrou 283 ocorrências de pronomes de tratamento. Os resultados desse estudo apontaram a predominância do pronome *você* (78,1% do total de ocorrências) e uma tendência à informalidade entre falantes de todos os níveis de hierarquia, tanto em relação a falantes que ocupavam a mesma posição quanto a falantes que se encontravam em posição inferior ou superior. Tais resultados vão de encontro a nossa hipótese de que nossos dados mostrarão uma inclinação para a afetividade ao longo de sucessivas interações e a preferência pelo pronome *você*.

2.2.3 Understanding Brazilian Portuguese

Direcionada a estudantes e professores falantes da língua inglesa, *Modern Portuguese: a reference grammar* (Perini, 2002) pretende apresentar uma descrição detalhada e atualizada do português brasileiro falado e escrito. No capítulo destinado aos pronomes pessoais, encontramos as seguintes considerações quanto ao emprego de *você*:

- o pronome *você* (e o plural *vocês*) pode ser considerado um pronome de terceira pessoa, pois os verbos que o acompanham são conjugados na terceira pessoa;
- antes de verbo, *você* pode ser reduzido para a forma *cê* (*ocê* em algumas regiões). Sendo assim, *você tem medo disso?* pode ser pronunciado *cê tem medo disso?*;
- *cê* não é utilizado depois de verbos, embora *ocê* seja possível (*Vou ajudar ocê.*);
- *ocê* também pode ocorrer depois de preposições, havendo aglutinação (*de você* > *docê*; *para você* > *procê*);
- a redução de *você* ocorre na língua falada, mas pode aparecer na escrita quando o autor pretende tornar seu texto coloquial.

No mesmo capítulo, há uma seção destinada às formas de reverência (honorific forms of address), onde o autor menciona a existência de várias formas de tratamento no português brasileiro e faz considerações quanto ao uso de tais formas. Segundo Perini, a idade dos falantes, o grau de intimidade existente, classe social e relações de poder, segundo a avaliação do falante, e o grau de formalidade da situação são categorias sociológicas que determinam o uso. Quanto ao emprego de *o senhor/a senhora*, encontramos as seguintes observações:

- *o senhor/a senhora* pode ser utilizado para se dirigir a alguém mais velho ou a um estranho a quem se deseja indicar respeito;
- *o senhor/a senhora* tende a substituir todas as outras formas de reverência;
- *você*, a forma familiar de tratamento, pode substituir *o senhor* em algumas ocasiões, tais como no trato com os pais (*o senhor/a senhora* passou a ser utilizado excepcionalmente neste caso);
- *a senhora* é utilizado com todas as mulheres, independentemente do estado civil; o uso de *a senhorita* com mulheres solteiras é praticamente ridículo nos dias atuais.

Por sua vez, com o objetivo de fornecer informações de como reagir linguisticamente em várias situações no Brasil, Rodrigues et al. (1992) organizaram sua obra na forma de capítulos independentes, um deles dedicado ao uso dos pronomes de tratamento. Neste capítulo, as autoras mencionam que a forma usada varia de acordo com a situação social e pode, inclusive, variar de acordo com a região do país. Segundo elas, utilizamos *você* para nos dirigirmos a um colega ou a alguém com quem temos intimidade. Já *o senhor*, *a senhora* são formas mais polidas e indicam mais respeito, por isso mesmo utilizadas em situações mais formais. Resumindo, as autoras fazem as seguintes observações ao longo do capítulo:

- empregadas domésticas também se dirigem a suas patroas utilizando a forma *a senhora*;

- quando encontramos alguém pela primeira vez, utilizamos *o senhor, a senhora*, a menos que a pessoa seja muito jovem;
- no ambiente acadêmico, há uma grande variação no uso dos pronomes de tratamento: alguns professores preferem a forma *você*, enquanto *o senhor, a senhora* são utilizados com professores mais velhos ou mais formais;
- nos primeiros três ou quatro anos de vida escolar, as crianças utilizam *você* no tratamento dado às professoras, mas devem utilizar *a senhora* depois desse período de tempo;
- em relação ao país, a escolha do pronome de tratamento depende dos costumes familiares, sendo possível observamos *você* ou *o senhor, a senhora*;
- quando nos referimos a mais de uma pessoa que trataríamos individualmente por *o senhor, a senhora*, a forma mais comumente utilizada é *vocês*, a menos que a situação seja extremamente formal.

Para complementar as observações acima, citamos novamente Rodrigues (2000, apud Santos, 2008) quanto ao uso da forma *o senhor*:

“o termo *senhor*, muitas vezes, é considerado pejorativo, indicando, supostamente, ou que a pessoa com quem falamos é bem mais velha (o que não é educado, segundo a ‘etiqueta’), ou uma frieza, uma distância entre as pessoas. *Senhor* é empregado quando se quer deixar claro que não há intimidade, em situações formais da sociedade de consumo capitalista (relações ‘cliente-fornecedor’) ou quando se quer marcar a distância entre os falantes, não importando se de inferior para superior ou vice-versa. Isto quer dizer que a ‘autoridade’, o ‘respeito’ e a ‘cortesia’ que eram inerentes ao termo já não estão tão presentes, sendo associado mais comumente à distância de idade, grupo, hierarquia, classe social.”

Todas as observações anteriores também contribuíram para a elaboração do questionário do presente trabalho, como será visto mais tarde em nossa análise de dados.

Branco & Williams (2008) tratam da questão do uso dos pronomes e das formas de tratamento, focando a dicotomia *formalidade/informalidade*. Segundo os autores, somos geralmente informais no modo de vestir, falar, fazer amizades e até mesmo quando tomamos decisões. Entretanto, a formalidade no tratamento de certas pessoas em algumas situações deve-se à estrutura da sociedade brasileira,

uma sociedade na qual poder, classe social e riqueza material têm grande importância. Por isso, as pessoas mais velhas são tratadas como *Seu, Dona e Doutor* mais seus primeiros nomes, sendo esta última forma utilizada até mesmo no tratamento daqueles que não possuem o referente título acadêmico ou exercem a medicina como profissão. As mesmas formas podem ser utilizadas com os nomes de família dessas pessoas quando estas se encontram numa posição de poder, particularmente num ambiente de trabalho. Finalmente, chamam a atenção dos leitores para o fato de não haver necessariamente reciprocidade de tratamento.

Assim como Branco & Williams (op. cit.), Thomas (1987) não fornece ao leitor informações sobre nossas escolhas com base em diferentes contextos. O autor é breve, fazendo apenas uma generalização quanto ao uso dos pronomes e das formas de tratamento, sendo até mesmo inconsistente. Afirma que *você* (assim como o plural *vocês*) é utilizado em situações informais, enquanto *o senhor, a senhora* (e suas respectivas formas de plural) podem ser observados em situações de formalidade, podendo o artigo ser omitido quando utilizado como vocativo.

Certamente, falantes de outras línguas interessados em se comunicar em português brasileiro, ao entrarem em contato com falantes nativos, perceberiam que apenas as informações encontradas nas duas últimas obras citadas não são suficientes para um estrangeiro interagir com confiança em diferentes situações. Tais informações nada trazem sobre nossos hábitos e valores, não impedindo as situações desconfortáveis que todos procuram evitar.

2.2.4 Pronomes de tratamento: poder e solidariedade

Em sua obra *The Pronouns of Power and Solidarity*, Brown & Gilman (1972) fazem uma classificação dos pronomes de tratamento segundo duas dimensões fundamentais para uma análise das relações sociais: o poder, caracterizando uma relação vertical, e a solidariedade, caracterizando uma relação horizontal. Para tal, utilizaram os símbolos *T* e *V*, do latim *tu* e *vos*.

Segundo os autores citados, o poder pode ser definido como uma relação estabelecida entre pelo menos duas pessoas, relação esta de não-reciprocidade:

enquanto aquele que se encontra numa posição superior utiliza *T*, o(s) outro(s) utiliza(m) *V*. E foi exatamente dessa forma que, durante muitos séculos, se deu o uso dos pronomes de tratamento no francês, no inglês, no italiano, no espanhol e no alemão: entre pessoas de poder diferenciado, estabeleceu-se o uso não-recíproco *T-V*, ao passo que o uso recíproco de *T* ou *V* verificava-se entre pessoas de poder aproximadamente equivalente. Inicialmente, não havia regras para diferenciar o tratamento utilizado entre iguais, mas uma distinção foi desenvolvida gradualmente, gerando a dicotomia *T* da intimidade e *V* da formalidade, uma dimensão que os autores chamam de *solidariedade*. Hoje, podemos observar essa distinção na maioria das línguas européias modernas, exceto no inglês, que possui apenas o pronome *you* como tratamento para uma ou mais pessoas (*thou*, usado antigamente como pronome singular familiar, não é comum no uso cotidiano). Assim, temos *tu* e *vous* no francês, *Sie* e *du* no alemão, *lei* e *tu* em italiano, *usted* e *tu* em espanhol.

Brown & Gilman (op.cit.) afirmam que, apesar dessa mudança gradual de poder para solidariedade nas línguas européias, há ainda uma espécie de resíduo da relação de poder evidenciada numa crença segundo a qual o mais velho, o mais rico, o patrão, a mulher etc. são os que determinam a relação de solidariedade. Entretanto, os autores acreditam no crescimento do *T* recíproco de uma maneira geral.

Atualmente, quando se pretende descrever os usos de *T* e *V* em determinada língua, deve-se analisar a estrutura social e as funções sociais mais profundamente, indo além do que abrangem as noções de poder e solidariedade. O significado social e expressivo de *T* e *V* depende da cultura. Trata-se de um conhecimento socialmente adquirido, prático, e não baseado em proposições. Tal a importância da ligação entre língua e cultura que, para aqueles que não entendem a língua, a diferença entre *T* e *V* pode ser explicada através de noções gerais relacionadas a *status* social, parentesco, amor, amizade etc. (Lyons, 1987: p. 234-238)

2.2.5

Alguns materiais didáticos de PLE e os pronomes de tratamento

Quando falamos em ensino de línguas, estamos tratando inevitavelmente do ensino da cultura da língua-alvo. O material didático deve, portanto, abranger não somente gramática e vocabulário, mas informações acerca dos costumes e das manifestações culturais do povo cuja língua pretende-se ensinar/aprender. Se para um estudante que se encontra no país da língua-alvo, ou seja, totalmente imerso no contexto da língua e vivenciando amplamente sua cultura, as dificuldades são muitas, podemos imaginar quão árduo é aprender uma língua fora de seu contexto. Este estudante, na maioria das vezes, somente tem contato com a língua-alvo na sala de aula e/ou através do material didático. Especialmente em casos como este, o material didático escolhido não é um simples acessório no processo de aprendizagem, mas uma ferramenta essencial. É ele que coloca o estudante em contato com padrões culturais, valores e pontos de vista diferentes dos seus. Dessa forma, a elaboração de um material didático requer muito cuidado e pesquisa intensa, ou possivelmente deixará lacunas que comprometerão o processo de ensino/aprendizagem.

Com base no que acabamos de expor, partimos para a análise de *Falar... Ler... Escrever... português: um curso para estrangeiros* (1999), *Aprendendo português do Brasil: um curso para estrangeiros* (2003), *Fala Brasil: português para estrangeiros* (2007), *Novo Avenida Brasil 1: curso básico de português para estrangeiros* (2008) e *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação* (2008). Segundo as orientações teórico-metodológicas apresentadas pelos autores de cada uma dessas obras, é possível afirmar que as três primeiras priorizam o ensino de estruturas linguísticas, enquanto as duas últimas priorizam o ensino do uso. Começaremos, pois, pela análise daquelas cujo foco está voltado para a estrutura linguística.

Falar... Ler... Escrever... português: um curso para estrangeiros (Lima & Iunes, 1999) é uma obra cujo método é definido pelas autoras como estrutural-comunicativo. Entretanto, por meio de sua análise, observamos uma maior preocupação com a forma do que com o uso, o que pode ser comprovado pela quantidade de exercícios de preenchimento de lacunas e de perguntas e respostas

que devem ser dadas seguindo um modelo. Segundo as autoras, o grande número de exercícios em cada unidade tem por objetivo “fixar as estruturas gramaticais e desenvolver as expressões oral e escrita de forma dirigida e espontânea”. Além disso, tais exercícios são pautados na gramática normativa, apesar da seguinte afirmação das autoras, como observamos no prefácio:

“(…) trata-se de um livro elaborado com a intenção de proporcionar a um público estrangeiro um método ativo, situacional para a aprendizagem da língua portuguesa, visando à compreensão e expressão oral e escrita em nível de linguagem coloquial correta.” (ibid: p. IX)

Em relação ao assunto de que tratamos nesse estudo, notamos que o índice da referida obra não o abrange. Contudo, os pronomes *o senhor/a senhora* e *você* são encontrados na primeira unidade com frequência, tanto nos diálogos que iniciam a unidade quanto nos exercícios. O problema é que não há nenhuma informação sobre o uso desses pronomes, apenas uma grande quantidade de exercícios mecanicistas que trabalham, entre outras questões, a conjugação de verbos no presente do indicativo e o uso de preposições, ora tendo *o senhor/a senhora* como sujeito, ora tendo *você*, como mostram os seguintes exemplos extraídos da página 2:

Exemplo 1: O senhor é engenheiro?
Sou, sim. / Não, não sou.

1. O senhor é diretor?
Sou, _____
2. O senhor é médico?
Sou, _____
3. O senhor é professor?
Não, _____
4. A senhora é professora?
Sou, _____
5. A senhora é diretora?
Não, _____
6. A senhora é brasileira?
Não, _____
7. Você é estudante?
Sou, _____
8. Você é secretária?
Não, _____
9. Você é engenheiro?
Não, _____
10. Você é italiana?
Sou, _____

Exemplo 2: Onde o senhor mora?

Moro **no** Brasil.
 Moro **em** São Paulo.
 Moro **na** avenida São Jorge.

1. Onde o senhor mora? (Brasília)
2. Onde o senhor mora? (São Paulo)
3. Onde o senhor mora? (Itália)
4. Onde a senhora mora? (Alemanha)
5. Onde a senhora mora? (Boston)
6. Onde você mora? (Peru)
7. Onde você mora? (rua da Luz)
8. Onde você senhor mora? (avenida Brasil)
9. Onde a senhora mora? (avenida Tiradentes)
10. Onde o senhor mora? (Rio de Janeiro)
11. Onde você mora? (Portugal)

Quanto a *Aprendendo português do Brasil: um curso para estrangeiros* (Laroca et al., 2003), podemos perceber, logo na apresentação, a preocupação com o ensino de estruturas. Segundo as autoras, o objetivo da obra é dar condições ao aluno estrangeiro de dominar as estruturas fundamentais da língua, tanto na modalidade oral quanto na escrita, em um curto período de tempo. Contudo, afirmam haver também uma preocupação com aspectos funcionais, visto que suas unidades apresentam, logo após uma motivação, diálogos cujo conteúdo funcional e lexical permite um desempenho nas situações imediatas de comunicação. De fato, cada unidade apresenta um diálogo de abertura, mas não encontramos atividades que retomassem seu conteúdo funcional. Percebemos que a obra é elaborada tendo como base um conteúdo gramatical, enfatizando o aprendizado de estruturas linguísticas através da manipulação sistemática dessas estruturas em uma série de frases construídas a partir de um modelo, ou seja, com uso de repetição e memorização. Além disso, verificamos que acentuada importância é dada à produção escrita e à leitura, o que a descrição abaixo, extraída da apresentação da referida obra, corrobora:

“O CONTEÚDO GRAMATICAL, representado com objetividade e clareza nos quadros, proporciona uma aprendizagem rápida das estruturas linguísticas. A APLICAÇÃO, em forma de exercícios, visa à compreensão e à fixação dessas estruturas por meio da produção escrita. Os exercícios buscam sempre colocar os alunos em contato com situações reais com o objetivo de proporcionar uma ampla interação entre eles. A EXPANSÃO VOCABULAR reúne itens lexicais de uso cotidiano, com vistas ao enriquecimento vocabular. AS ATIVIDADES, variadas quanto ao conteúdo e forma, contemplam múltiplos objetivos, tais como

informações sobre a cultura popular brasileira e a introdução de novas estruturas gramaticais. A LEITURA SUPLEMENTAR, representada por variados temas, leva o aluno a entrar em contato com textos literários e de informação histórico-cultural.” (ibid: apresentação)

Os pronomes *o senhor/a senhora* e *você* aparecem na primeira unidade de *Aprendendo português do Brasil: um curso para estrangeiros*, no CONTEÚDO GRAMATICAL. Na verdade, o foco dessa parte é a conjugação do verbo *ser* no presente do indicativo, como observado na obra anterior. Quanto aos usos desses pronomes, há uma pequena observação na página 3, distinguindo-os através de uma classificação dicotômica – *você(s)* para um *tratamento informal, familiar*; *o(s) senhor(es), a(s) senhora(s)* para um *tratamento formal, cerimonioso*. Nos diálogos que abrem cada unidade, e que têm por objetivo apresentar situações reais de comunicação, mostrando aí seu caráter funcional, encontramos frequentemente os pronomes *o senhor/a senhora* e *você*. Contudo, perde-se a oportunidade de trabalhá-los de forma a otimizar sua aprendizagem, fortalecendo a dicotomia *formal/informal* ao invés de produzir resultados mais abrangentes e vantajosos.

Em *Fala Brasil: português para estrangeiros* (Patrocínio & Coudry, 2007), cujo sistema de índices possibilita, segundo os autores, uma utilização voltada às necessidades de cada aluno no tocante a situações e a estruturas gramaticais, não encontramos nenhuma unidade destinada a cobrir pronomes e formas de tratamento.

A obra supracitada, que tem como base um eixo gramatical, apresenta um índice gramatical que abrange os pronomes demonstrativos, os indefinidos, os interrogativos, os oblíquos, os pessoais sujeito, os possessivos e os relativos. Por isso, observamos cada uma de suas unidades a fim de verificarmos o registro de nosso assunto.

No sumário de situações, selecionamos a primeira unidade para iniciarmos nossa análise, pois trata-se de uma unidade destinada a introduzir os atos de cumprimentar, apresentar e identificar. É também nessa unidade que encontramos os *pronomes pessoais sujeito* contidos no índice gramatical. De fato, encontramos nessa unidade os pronomes de tratamento *o senhor/a senhora* e *você* em vários diálogos, mas nenhuma observação quanto aos usos desses pronomes.

Na realidade, há uma observação sobre o pronome *você* na página 4, comparando-o ao pronome *tu*, e uma na página 5 referente ao uso de *seu + nome*. A primeira observação limita-se a informar que o pronome *tu* é usado em apenas algumas partes do país, enquanto *você* pode ser usado em todo o Brasil. Há aí uma lacuna, pois além de não informar quais regiões são essas, a obra despreza o uso de *tu* com verbo conjugado na terceira pessoa do singular e pode levar o aluno a supor que *você* é adequado a toda e qualquer situação. A observação da página 5 refere-se aos *Diálogos Dirigidos* que a antecedem, mas não vai além de informar que “**Seu** Alfredo é a forma coloquial de **Senhor** Alfredo”.

Em relação aos diversos diálogos encontrados na unidade 1, poder-se-ia alegar que os pronomes *o senhor/a senhora* e *você* estão inseridos em contextos de formalidade e informalidade que as ilustrações e algumas formas de tratamento (*dona, seu, doutor, doutora*) possibilitam identificar. Certamente, um diálogo que mostre uma secretária referindo-se a seu/sua chefe pelo título *doutor(a) + nome* indica um certo distanciamento, criando uma situação em que o uso dos pronomes *o senhor/a senhora* são perfeitamente adequados, assim como é adequado o uso de *você* entre jovens estudantes. Contudo, tais situações não representam as únicas possibilidades de uso desses pronomes.

Exercícios como os encontrados na página 5, que condicionam o uso de *o senhor/a senhora* à presença de um título ou a uma outra forma de tratamento como *dona* e o uso de *você* à utilização apenas do primeiro nome do interlocutor, não fornecem ao aluno dados suficientes para que ele possa realizar suas escolhas de forma segura. Acreditamos ser possível afirmar que muitos funcionários utilizam *você* no tratamento destinado aos chefes, assim como alguns chefes utilizam *o senhor/a senhora* no tratamento destinado a seus subordinados, seja para explicitar o desejo de distanciamento ou pela idade mais avançada do subordinado. É também bastante comum que uma patroa se dirija a sua empregada utilizando *dona* e *você* ao mesmo tempo. Portanto, sem a ajuda do professor, que deve estar preparado para expor os mais diversos contextos de uso dos pronomes de tratamento, haverá lacunas no aprendizado que dificilmente serão preenchidas.

Finalmente, partiremos para a análise das obras definidas por seus autores como comunicativas, começando pelo *Novo Avenida Brasil, 1: curso básico de português para estrangeiros* (Lima et al., 2008).

Segundo os autores, o método do novo material é essencialmente comunicativo, mas como as aquisições gramaticais são organizadas e explicitadas em determinado passo da lição, preferem denominá-lo *comunicativo-estrutural*. Seu objetivo principal, explicitado na apresentação da obra, é “levar o aluno a compreender e falar”, mas sem desconsiderar a competência escrita. Além do ensino de intenções de fala e de estruturas, os autores incluíram informações cujo objetivo é estimular a reflexão intercultural.

Ao analisarmos o sumário da obra supracitada, verificamos que a lição 1 tem como foco cumprimentos, informações pessoais, despedidas e comunicação em sala de aula. A parte gramatical trata do verbo *ser* e de verbos de primeira conjugação, gênero de alguns substantivos, em + artigo e pronomes pessoais e possessivos. Também tratam de pronomes as lições 2, 4 e 6, mas referem-se a pronomes demonstrativos, possessivos e pronomes oblíquos. Os pronomes de tratamento *o senhor/a senhora* e *você* podem ser encontrados na lição 1 e em outras lições em vários diálogos, mas nenhuma observação quanto aos usos desses pronomes é feita. Há apenas uma observação sobre os pronomes *tu* e *vós* na página 3, limitando-se a informar que o pronome *tu* é usado em Portugal e em algumas regiões do Brasil e que *vós* não é usado em português moderno. Também não há referência aos pronomes de tratamento no apêndice gramatical.

A última obra analisada foi *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação* (Ponce et al, 2008), que vai do nível básico ao intermediário avançado e é destinada a jovens e adultos. Com uma abordagem de base comunicativa, é apresentada da seguinte maneira:

“(...) **Bem-Vindo! A Língua Portuguesa no Mundo da Comunicação** é um livro feito “ao vivo e em cores” para você que quer aprender nosso português falado como ele é, sem deixar de lado as necessárias referências à Gramática Normativa. Você vai se deparar, no decorrer das vinte unidades, com as expressões coloquiais mais usadas, dialetos regionais e muito vocabulário útil a situações diversas: no trabalho, em casa, na rua, em restaurantes etc. (...) elaborado especialmente para suprir a grande necessidade de um material dinâmico e interativo cujo foco central é a COMUNICAÇÃO”. (ibid: apresentação)

Segundo Larsen-Freeman (2000), nomes importantes como Widdowson, Wilkins e Hymes contribuíram para uma grande mudança na área de ensino de línguas ancorada numa abordagem centrada na estrutura para uma abordagem

centrada na comunicação no final da década de 70 e início da década de 80. Para Widdowson (1978), os alunos poderiam conhecer as regras gramaticais, mas serem incapazes de utilizar a língua. Nessa época, ficou claro que, para se comunicar, os alunos precisavam realizar algumas tarefas de maneira eficaz, tais como fazer uma promessa, fazer um convite e recusar convites dentro de um contexto social (Wilkins, 1976). Enfim, para que pudessem se comunicar, os alunos precisariam muito mais do que apenas competência lingüística, isto é, precisariam de competência comunicativa – saber quando e como falar o que para quem (Hymes, 1971).

Dentre os princípios da abordagem comunicativa enumerados por Larsen-Freeman (op. cit.), destacam-se: 1) o uso de língua autêntica em sala de aula; 2) o reconhecimento das intenções do falante como parte da competência comunicativa; 3) apresentação de várias formas linguísticas de uma só vez, já que o foco é o uso da língua; 4) língua trabalhada no nível do discurso ou acima do nível da oração; 5) a essencialidade do contexto social.

Como as autoras de *Bem-Vindo! A língua portuguesa no mundo da comunicação* afirmam ser o foco central da obra a comunicação, partimos dos princípios citados no parágrafo anterior para verificar a coerência entre sua proposta e o conteúdo apresentado, estando nosso interesse voltado para os pronomes de tratamento. Entretanto, o sumário da obra não apresenta nenhuma unidade referente ao uso de pronomes e formas de tratamento. Encontramos referência aos pronomes pessoais (eu, você, ela, ele, nós, vocês, elas e eles) e bastantes exemplos e exercícios com o pronome *você(s)* na primeira unidade.

Sendo assim, analisamos página a página da referida obra para que pudéssemos verificar se há menção ao uso dos pronomes *o senhor/a senhora* e *você* em uma de suas vinte unidades. Praticamente todas as suas páginas apresentam uma lista de vocabulário no rodapé, e foi exatamente em uma dessas listas que encontramos alguns pronomes e formas de tratamento. Contudo, é apenas uma lista com o título “ABREVIACÕES” na sétima unidade, como podemos ver a seguir:

ABREVIACÕES

Sr. (Senhor)

Sra. (Senhora)

Srta. (Senhorita)

V. Sa. (Vossa Senhoria)

V. Excia. (Vossa Excelência)

Ilmo. (Ilustríssimo)

Ilma. (Ilustríssima)

Exmo. (Excelentíssimo)

Exma. (Excelentíssima)

Parece haver uma contradição entre os objetivos propostos pelos autores e a abordagem realmente feita, visto que não há referência aos usos dos pronomes *o senhor/a senhora* e *você*. Ao longo das unidades, há diálogos nos quais *o senhor/a senhora* são utilizados, especialmente naqueles em as pessoas assim tratadas encontram-se na posição de clientes, mas sem qualquer tipo de explicação ou nota. Apenas no apêndice gramatical há alguma referência a formas de tratamento, limitando-se, porém,  seguinte informação: “**você** e **a gente** não são pronomes pessoais, mas formas correntes de tratamento no Português do Brasil (PB)”.

Ao final de nossa análise, podemos concluir que, pelo menos no tocante aos pronomes de tratamento abordados neste estudo, as informações necessárias para que os estudantes possam utiliz-los de maneira apropriada são, de certa forma, negligenciadas.

2.3 Correntes de estudo

Conforme explicitado na introdução, o presente trabalho pretende realizar um estudo sobre os pronomes de tratamento *o senhor/a senhora* e *você* no português brasileiro a fim de melhor compreendermos os fatores e contextos que determinam as escolhas de um falante nativo da língua. Sendo esse nosso

objetivo, utilizaremos uma abordagem interdisciplinar, apresentando conceitos baseados na Sociolinguística Interacional (Goffman, 1967; Brown & Levinson, 1987), na Antropologia Cultural (DaMatta, 1997) e no Interculturalismo (Scollon & Scollon, 2001; Bennett, 1998; Hall, 1998). A preferência por uma abordagem interdisciplinar se deve ao fato de tais áreas tratarem de questões relacionadas à linguagem, à cultura, à sociedade e ao contexto, primordiais para a análise interpretativa das escolhas de um falante nativo do português brasileiro.

Iniciaremos este capítulo tecendo considerações a respeito do conceito de *face*, de estratégias de polidez e de contexto segundo a Sociolinguística Interacional. Em seguida, apresentaremos o referencial teórico da Antropologia Cultural, considerando a dicotomia *casa/rua*. Posteriormente, o Interculturalismo contribuirá para este trabalho com os conceitos de cultura, cultura subjetiva, cultura objetiva e, finalmente, comunicação de alto e baixo contexto.

2.3.1

A contribuição da Sociolinguística Interacional

A Sociolinguística Interacional, por meio de pesquisa qualitativa e interpretativa, tem por objetivo analisar o uso da língua na interação social (Ribeiro & Garcez, 2002). Fundamentada na Antropologia, na Linguística e na Sociologia, a Sociolinguística Interacional tem se tornado cada vez mais importante à medida que cresce a comunicação entre indivíduos ou grupos de diferentes culturas em todo o mundo.

“In our modern socially diversified and occupationally specialized urban societies, verbal communication has become more important than ever before in human history. To get things done, we must communicate intensively with individuals whose background we don’t know.”³ (Gumperz, 1982: p. 22)

Segundo Santos (2003), uma das primeiras orientações da Sociolinguística Interacional ocupava-se do fenômeno linguístico com o intuito de compreender o

³ Nunca antes na história da humanidade a comunicação verbal foi tão importante quanto nas socialmente diversificadas e profissionalmente especializadas sociedades urbanas modernas. Para fazer as coisas acontecerem, precisamos nos comunicar intensamente com indivíduos cujos costumes não conhecemos.

que ocorria nas interações sociais, entre falantes de culturas, classes e papéis sociais distintos. Já numa segunda tendência, volta-se, entre outros estudos, para as relações entre discurso e gramática, para o estilo conversacional, para as estratégias de envolvimento e distanciamento e de polidez.

Gumperz (1982), um dos precursores da Sociolinguística Interacional, analisa interações entre participantes de grupos de comunidades específicas e procura mostrar como as unidades linguísticas funcionam nestas interações, através, por exemplo, das estratégias de envolvimento e distanciamento presentes nos eventos comunicativos.

Para o referido autor, a fim de que haja comunicação, é preciso o esforço coordenado de pelo menos dois indivíduos. Criar e manter um envolvimento conversacional requer determinados conhecimentos e habilidades que vão além da competência gramatical necessária para decodificar mensagens isoladas. Antes mesmo de decidir participar de uma interação, precisamos deduzir do que trata tal interação e o que é esperado de nós. Nossas respostas devem ser elaboradas de acordo com as intenções do falante, e não com o sentido literal das palavras utilizadas.

Uma vez mencionado o termo competência gramatical, torna-se oportuno diferenciarmos *competência linguística* de *competência comunicativa* no âmbito da sociolinguística. Para Hymes (1972), que incorporou ao conceito de competência o aspecto social, adicionando o termo *comunicativo*, o indivíduo deve saber usar a língua, ou seja, selecionar as formas linguísticas apropriadas às normas sociais vigentes na comunidade em que está inserido. Não basta que o falante saiba produzir sentenças gramaticais, o que define basicamente *competência linguística*, mas que tenha habilidade para identificar como falar, quando, onde e com quem.

Sob uma perspectiva sócio-interacional, Gumperz (1982) explicita a importância de se analisar as intenções subjacentes dos participantes e os processos de interpretação no momento da interação, o que depende do contexto e das relações interpessoais características da cultura em questão.

De acordo com Wierzbicka (1991, apud Santos, 2003), entender como procede uma interação requer conhecimento sobre os participantes. Santos (2003) exemplifica esta afirmação, comparando os brasileiros, cuja interação mostra uma tendência à proximidade, e os norte-americanos, cuja interação mostra uma

tendência ao distanciamento, principalmente em relação ao uso das formas e dos pronomes de tratamento em determinados contextos. A existência de dois pronomes de tratamento na cultura brasileira para criar um contexto de proximidade (*tu, você*) e um para criar um contexto de distanciamento (*o senhor, a senhora*), ao passo que os americanos possuem apenas um para os dois contextos (*you*), atesta a diferença de valores entre as duas culturas.

Sendo assim, uma área que focaliza o uso da língua na interação social se mostra de grande relevância para o estudo das formas e dos pronomes de tratamento, já que este deve se dar dentro de um contexto social. Não se trata apenas de uma mera escolha de vocabulário, mas da relação de proximidade ou distanciamento existente entre os participantes envolvidos na interação social, bem como de relações de poder e hierarquia.

2.3.1.1

O conceito de *face*

[...] effective social living requires anticipation of the actions of others, calculation of short- and long-term costs and gains, and close attention to signals about the consequences of one's own behaviour.⁴

Goody, *Questions and Politeness*

Elaborado por Goffman (1967), o termo *face* pode ser definido como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reclama para si mesma através daquilo que os outros supõem ser a linha por ela tomada durante um contato em especial” (Goffman, 1967: p. 5, apud Earley, 1997). Para Earley (1997), a definição do termo *face* deve compreender dois aspectos peculiares do *self* (aquilo que acreditamos ser perante a sociedade), a saber, conduta moral e posição em um cenário social. Não se trata simplesmente de um produto de auto-percepções, nem tão pouco é resultado apenas das percepções de outros indivíduos:

⁴ [...] uma vida social satisfatória requer antecipação das atitudes dos outros, o cálculo dos custos e ganhos de curto e longo prazo, e muita atenção aos indícios a respeito das consequências de nosso próprio comportamento.

“I define face as *the evaluation of self based on internal and external (to the individual) judgments concerning a person’s adherence to moral rules of conduct and position within a given social structure.*”⁵ (Earley, 1997: p. 43)

Segundo Brown & Levinson (1987), a noção de face compreende dois tipos de desejos que os interactantes atribuem uns aos outros: o desejo de não serem impedidos de agir (face negativa), e o desejo de serem aprovados (face positiva). Os autores consideram essa definição universal, apesar de reconhecerem que os tipos de atos que ameaçam a face variam nas diferentes culturas.

Ao interagir socialmente, o indivíduo se mostra extremamente preocupado com sua imagem uma vez que o sucesso da interação geralmente depende da forma como somos vistos e julgados por nossos semelhantes. Ainda segundo os autores citados, a face pode ser perdida, preservada ou melhorada, mas geralmente os interactantes buscam manter a face um do outro para sustentar um bom convívio social.

“(…) face is something that is emotionally invested, and that can be lost, maintained, or enhanced, and must be constantly attended to in interaction. In general, people cooperate (and assume each other’s cooperation) in maintaining face in interaction, such cooperation being based on the mutual vulnerability of face. That is, normally everyone’s face depends on everyone else’s being maintained, and since people can be expected to defend their faces if threatened, and in defending their own to threaten others’ faces, it is in general in every participant’s best interest to maintain each other’s face (...)”⁶ (ibid: p. 61)

Uma vez que o emprego das formas e dos pronomes de tratamento está ligado a noções de respeito e cortesia, e ambos à construção da imagem pública dos indivíduos na sociedade da qual fazem parte, o conceito de *face* mostra-se relevante para esta pesquisa. Certamente, empregá-los em diferentes situações e com diferentes participantes é uma das maneiras de construirmos nossa imagem pública.

⁵ Eu defino face como *a avaliação do self baseada no julgamento interno ou externo (para o indivíduo) sobre a adesão de uma pessoa a regras morais de conduta e posicionamento dentro de uma dada estrutura social.*

⁶ (...) face é algo que está emocionalmente investido, podendo ser perdida, mantida ou melhorada, e com a qual precisamos lidar constantemente numa interação. Geralmente, as pessoas cooperam entre si (supondo a existência de reciprocidade) para preservar a face na interação, dada a mútua vulnerabilidade da face. Isso significa que normalmente a preservação da face de um indivíduo depende da preservação da face dos outros, e uma vez que os indivíduos tendem a defender sua própria face quando ameaçados, e ao fazerem-no ameaçam a face do outro, é de interesse de cada participante manter a face um do outro.

2.3.1.2 A teoria da polidez

Tomando como base a noção de face de Goffman (1967), Brown & Levinson (1987) introduziram os estudos sobre os *atos de ameaça à face* e o conceito de *polidez*, entendido como um mecanismo para a preservação da face.

A importância dos estudos sobre polidez, entre outros fatores, deve-se à sua influência sobre certas escolhas linguísticas dos falantes, tais como as formas e os pronomes de tratamento, e à ligação existente entre polidez e comportamento social.

Para Watts et al. (1992), um comportamento polido, cortês, é algo fundamental para a manutenção da face. Segundo os autores, a noção de polidez está intimamente ligada aos princípios fundamentais da organização humana e sócio-cultural e envolve conceituações de comportamento individual apropriado, em especial comportamento linguístico, a estruturação de relações interpessoais dentro de grupos sociais e, principalmente, a natureza e distribuição de poder.

Há uma estreita relação entre polidez e o estudo das faces. A polidez pode ser vista como uma ação compensadora cuja função é contrabalançar o efeito perturbador que causam os atos de ameaça à face (Almeida, 2007). Esses atos podem ser, entre outros, ordens, pedidos, sugestões, oferecimentos, promessas, elogios, críticas, emoções descontroladas e usos de formas e pronomes de tratamento.

O uso das formas e dos pronomes de tratamento pode ser também considerado um ato de ameaça à face, uma vez que a inadequação do uso de tais formas pode gerar desconforto, senão conflito no relacionamento entre os interactantes.

Brown & Levinson (1987) argumentam que no contexto de uma mútua vulnerabilidade da face qualquer agente racional tenderá a evitar os atos ameaçadores de face, ou pelo menos empregarão certas estratégias para minimizá-los, levando em consideração três fatores:

- (a) o desejo de comunicar o conteúdo manifestado no ato de ameaça à face;
- (b) o desejo de ser eficiente ou urgente;

(c) o desejo de manter a face do ouvinte a qualquer custo.

Segundo os autores, a menos que (b) seja mais importante que (c), o desejo do falante será minimizar a ameaça presente no seu ato de ameaça à face.

Caso o falante opte por expressar um ato de ameaça à face, pode fazê-lo diretamente (1, 2 e 3) ou indiretamente (4), pelas seguintes estratégias de polidez desenvolvidas por Brown & Levinson (1987):

- (1) *bald-on-record*: clareza das intenções do falante através do emprego de comentários diretos, sem minimização da face do ouvinte;
- (2) *polidez positiva*: orientada para a face positiva do ouvinte, a auto-imagem positiva que ele reclama para si; em alguns aspectos, mostra que o falante deseja o mesmo que deseja o ouvinte, criando um relacionamento amigável e expectativas de reciprocidade;
- (3) *polidez negativa*: orientada parcialmente para a satisfação da face negativa do ouvinte; assegura que o falante reconhece e respeita a liberdade de ação do ouvinte;
- (4) *off-record*: inclui metáforas, ironias, atenuações, pistas sobre as intenções do falante; o falante é indireto, o que permite um certo grau de negociação.

Para os autores, há fatores, contudo, que interferem na escolha dessas estratégias em muitas e talvez todas as culturas: a distância social entre falante e ouvinte, caracterizando uma relação simétrica; o poder relativo do falante e do ouvinte, caracterizando uma relação assimétrica; e o grau de imposição da cultura em questão, o que o autor chama de *absolute ranking of impositions*..

Segundo Fiorin (2002, apud Gripp, 2005), a distância social está relacionada ao grau de polidez determinado de acordo com seu grau de intimidade e conhecimento e depende do contexto. Por sua vez, o poder está relacionado ao grau de polidez determinado de acordo com a diferença de status dos participantes, também variando de acordo com o contexto no qual se encontram os participantes. Quanto ao grau de imposição da cultura, este caracteriza-se por

uma interferência nos desejos do agente de autodeterminação ou de aprovação (desejos de face negativa e positiva).

Para minimizar os efeitos dos atos de ameaça à face empregando as estratégias de polidez, é necessário identificarmos qual a mais adequada a cada situação, servindo os três fatores citados acima como parâmetro para determinar o risco de cada ato: quanto maior a distância social, o poder e o grau de imposição da cultura, mais amenas devem ser as estratégias. Portanto, estes três fatores determinam o grau de polidez com o qual um ato de ameaça à face será comunicado.

Quanto à polidez positiva, Brown & Levinson (1987) apresentam um quadro de quinze estratégias cuja função é suprir as necessidades da face positiva do ouvinte, devendo o falante selecionar aquela que julgar mais pertinente a seus objetivos, não deixando de considerar o contexto e as variáveis sociológicas envolvidas na interação. As quinze estratégias de polidez positiva são:

- (1) prestar atenção ao ouvinte, atendê-lo (seus interesses, desejos, necessidades);
- (2) exagerar (interesse, aprovação, apoio ao ouvinte);
- (3) reforçar o interesse para o ouvinte;
- (4) usar marcadores de identidade de grupo;
- (5) buscar acordo;
- (6) evitar desacordo;
- (7) pressupor/levantar/afirmar uma base comum;
- (8) fazer brincadeiras;
- (9) afirmar ou pressupor o conhecimento do falante sobre as necessidades do ouvinte e sua preocupação com elas;
- (10) oferecer, prometer;
- (11) ser otimista;
- (12) incluir tanto o falante quanto o ouvinte na atividade;
- (13) dar (ou pedir) motivos;
- (14) assumir ou afirmar reciprocidade;
- (15) suprir os desejos do ouvinte (apoio, compreensão, cooperação).

Quanto às estratégias de polidez negativa, orientadas para suprir as necessidades da face negativa do ouvinte, os autores enumeram dez:

- (1) ser convencionalmente indireto;
- (2) perguntar, precaver-se;
- (3) ser pessimista;
- (4) minimizar o grau de imposição no qual um ato de ameaça à face é considerado imposição em determinada cultura;
- (5) ser deferente;
- (6) pedir desculpas;
- (7) impessoalizar ouvinte e falante;
- (8) mencionar o ato de ameaça à face como regra geral;
- (9) nominalizar;
- (10) ir diretamente como incorrendo uma dívida, ou não endividando o ouvinte.

Dentre todas as estratégias acima, destacamos a estratégia de polidez negativa “seja deferente”, pois uma das suas possibilidades de realização é exatamente a utilização das formas de tratamento: as formas de tratamento demonstram que o falante reconhece a superioridade do ouvinte, como no uso do pronome *o senhor/a senhora* no tratamento de uma autoridade ou do patrão (quando há uma hierarquia marcada).

Em função do que foi exposto até aqui, podemos concluir que a polidez é um fenômeno social fundamentado na interação humana e nos comportamentos esperados dos participantes de um grupo social, comportamentos estes determinados pelas convenções sócio-culturais. Se somarmos a esta conclusão a constatação de que o uso das formas e dos pronomes de tratamento não pode ser explicado através de uma perspectiva puramente linguística, mas requer o conhecimento de valores culturais e uma interpretação apropriada de dados contextuais, é possível afirmar que os estudos sobre a polidez contribuem para esclarecer aos estudantes de língua portuguesa como segunda língua de que forma as escolhas linguísticas se dão em diferentes culturas.

2.3.1.3 A noção de *contexto*

O termo *contexto* é objeto de estudo de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, tais como a linguística, a pragmática e a sociolinguística, entre outras. Considerado um conceito-chave para a análise de diferentes tipos de dados, a noção de *contexto* torna-se cada vez mais abrangente, incluindo não apenas o tempo, o espaço físico e os participantes. Segundo Goodwin & Duranti (1992), o termo *contexto* apresenta diferentes significados dentro de paradigmas de pesquisa alternativos, o que torna difícil prover uma única e precisa definição do referido vocábulo:

“At the moment the term means quite different things within alternative research paradigms, and indeed even within particular traditions seems to be defined more by situated practice, by **use** of the concept to work with particular analytic problems, than by formal definition.”⁷ (ibid: p. 2)

Segundo Jones (2002), desde que Malinowski (1947) criou o termo *context of situation*, que traduziremos aqui como *contexto situacional*, considerado indispensável para o entendimento das palavras e que compreende o ambiente onde o texto é realizado, estudiosos mudaram o foco. Passou-se, então, de uma análise unicamente linguística para uma análise que levasse em consideração as condições gerais sob as quais a língua é falada. Entretanto, surgiram algumas divergências quanto àquilo que pode ser considerado *contexto* e como ele deve ser analisado.

Dentro de uma perspectiva linguística, Lyons (1977, apud Kramersch, 1993: p. 36) define *contexto* como um conjunto de fatores, “todos os fatores que, devido a sua influência sobre os participantes no evento linguístico, sistematicamente determinam a forma, a adequação ou o significado dos enunciados”. Sendo assim, *contexto* refere-se às intenções, suposições e pressuposições dos participantes, assegurando que o discurso seja coerente e, portanto, compreendido por todos.

⁷ No momento, o termo significa coisas bastante diferentes dentro de paradigmas de pesquisa alternativos, e mesmo tradicionalmente parece ser definido mais por meio de práticas situadas, pelo uso do conceito relacionado a determinados problemas analíticos, que por definição formal.

Van Dijk (1997) compartilha a opinião de Goodwin & Duranti quanto à dificuldade em conceituar o termo *contexto*. Segundo o autor, para entender seu significado, deve-se considerar o fato de o *contexto* pressupor, pelo menos intuitivamente, um certo ambiente ou circunstância para que seja possível entendermos apropriadamente um evento, uma ação ou um discurso, algo que funcione como um cenário, condição ou consequência.

“As we already suggested, the concept of context is also not as straightforward as its common-sense uses in everyday life might suggest. Intuitively, it seems to imply some kind of environment or circumstances for an event, action or discourse. Something we need to know about in order to properly understand the event, action or discourse. Something that functions as background, setting, surroundings, conditions or consequences.”⁸ (ibid: p. 11)

Seguindo uma abordagem sócio-cognitiva, Van Dijk (1997) considera o *contexto* como sendo construtos dos próprios participantes envolvidos na comunicação. O *contexto* pode ser definido como *construtos mentais* (estabelecidos socialmente), ou modelos na memória. Tais construtos controlam o uso da língua e asseguram a adequação do discurso. O autor afirma ser necessária uma definição cognitiva do termo *contexto*, sem contudo deixarmos de considerar a definição social costumeira, para que possamos explicar a variação e a subjetividade dos falantes da língua, além da maneira como estruturas sociais podem influenciar as estruturas do discurso através da mente dos membros sociais.

“From a more cognitive perspective, one might indeed say that contexts are (socially based) *mental constructs*, or models in memory. Since meaning and other discourse properties are also mentally managed, this also explains the vital link between discourse and context: as subjective representations, mental models of contexts may thus directly monitor the production and comprehension of talk and text. Indeed, without such subjectivity of language users and their minds, the “same” social contexts would have the same effect on all language users in the same situation, which they obviously have not. That is, besides their customary social definition, contexts also need a cognitive definition in order to account for personal variation and subjectivity and in order to explain how social structures can

⁸ Como já sugerimos, o conceito de contexto também não é tão simples quanto seus usos no dia a dia possam sugerir. Intuitivamente, ele parece pressupor algum tipo de ambiente ou circunstância para o evento, ação ou discurso. Algo que precisamos saber para entender apropriadamente o evento, ação ou discurso. Algo que funcione como cenário, experiência, ambiente, condição ou consequência.

influence discourse structures ‘via’ the mind of social members.”⁹ (Van Dijk, 1997: p. 16)

Por sua vez, sob uma perspectiva etnolinguística, Dell Hymes (1974), para quem “o segredo para entender a língua é partir não da língua, mas do contexto”, propõe uma conceituação de *contexto* por meio da análise dos elementos que o compõem. Para tal, divide o *contexto* em oito componentes: ambiente (referentes ao tempo e ao lugar), participantes (falantes e ouvintes), finalidades (propósitos do evento de fala, o que os participantes buscam alcançar), sequência de atos (refere-se à forma e ao conteúdo do que é dito; o que é dito e o que isso representa pela maneira que foi dito), chave (refere-se ao tom, à maneira como a mensagem é transmitida), instrumentalidades (representam o código – língua materna, estrangeira ou uma mistura de códigos –, e o canal – oral ou escrito – utilizados), normas (regras sociais de interação e interpretação) e gênero (tipo de evento ou ato de fala). Dessa forma, podemos concluir que o *contexto* é algo moldado, construído pelos participantes.

As abordagens anteriormente mencionadas representam importantes contribuições para o desenvolvimento e aprimoramento dos estudos acerca do *contexto*; contudo, escolhemos a visão de *contexto* segundo a sociolinguística interacional para fundamentar nosso estudo. O ponto central desta área de estudo é a análise dos processos de interação entre os participantes e o modo como estes participantes controlam e elaboram aspectos do *contexto*. Segundo Ribeiro & Garcez (op. cit.: p. 8), a noção de *contexto* pode ser entendida como “criação conjunta de todos os participantes presentes ao encontro e emergente a cada novo instante interacional.”

Fundamental para entendermos o *contexto* através deste ponto de vista é o conceito de *frame*, ou enquadre de Goffman (1974). Em sua obra, o autor propõe isolar algumas das estruturas de conhecimento disponíveis na sociedade,

⁹ Segundo uma perspectiva mais cognitiva, pode-se dizer que contextos são (socialmente falando) construtos mentais, ou modelos na memória. Como o significado e outras características do discurso são também mentalmente gerenciados, isso também explica a ligação vital entre discurso e contexto: como representações subjetivas, modelos mentais de contexto podem monitorar diretamente a produção e compreensão do texto falado e do escrito. De fato, sem tal subjetividade dos usuários da língua e suas mentes, os “mesmos” contextos sociais teriam o mesmo efeito em todos os usuários da língua na mesma situação, o que obviamente não acontece. Isso significa dizer que, além de sua definição social costumeira, contextos também precisam de uma definição cognitiva para justificar variação pessoal e subjetividade, e para explicar como as estruturas sociais podem influenciar estruturas discursivas através da mente dos membros sociais.

objetivando imprimir significado aos eventos e possibilitando a análise das vulnerabilidades específicas a que esses enquadres de referência estão sujeitos. O que parece estar acontecendo em um determinado momento, interpretado com base em alguma estrutura primária de enquadre, pode ser, na verdade, algo bem diferente, criando a necessidade de uma reinterpretação:

“My aim is to try to isolate some of the basic frameworks of understanding available in our society for making sense out of events and to analyze the special vulnerabilities to which these frames of reference are subject. I start with the fact that from an individual’s particular point of view, while one thing may momentarily appear to be what is really going on, in fact what is actually happening is plainly a joke, or a dream, or an accident, or a mistake, or a misunderstanding, or a deception, or a theatrical performance, and so forth. And attention will be directed to what it is about our sense of what is going on that makes it so vulnerable to the need of these various rereadings.”¹⁰ (ibid: p. 10)

Goffman (1974) atribui a Bateson (1972) o termo *frame* e segue a mesma linha do autor para a elaboração de sua definição do termo. Segundo Goffman (1974), os enquadres são princípios que organizam e governam os eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo em tais eventos. Os enquadres suscitam a pergunta “O que está acontecendo aqui?” e fornecem as regras e os princípios que nos orientam e nos permitem compreender o significado dos eventos que vivenciamos:

“I assume that definitions of a situation are built up in accordance with principles of organization which govern events – at least social ones – and our subjective involvement in them; frame is the word I use to refer to such of these basic elements as I am able to identify. That is my definition of frame.”¹¹ (ibid: p. 10-11)

¹⁰ Meu objetivo é tentar isolar algumas estruturas básicas do conhecimento disponíveis em nossa sociedade para conferir sentido aos eventos e analisar as vulnerabilidades especiais a que esses quadros de referência estão sujeitos. Eu começo pelo fato que, embora de um ponto de vista em particular, algo possa momentaneamente parecer ser real, na verdade, o que está acontecendo é simplesmente uma piada, ou um sonho, ou um acidente, ou um erro, ou um mal-entendido, uma manipulação, uma representação teatral, e assim por diante. E nossa atenção estará direcionada para aquilo que acontece na nossa compreensão sobre o que está ocorrendo e que a torna tão vulnerável à necessidade destas várias releituras.

¹¹ Parto do pressuposto de que definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam os acontecimentos – pelo menos os sociais – e nosso envolvimento subjetivo nestes; quadro é a palavra que uso para me referir àqueles dentre os acontecimentos básicos que sou capaz de identificar. Essa é minha definição de quadro.

Para Goodwin & Duranti (1992) o *contexto* em Goffman (1974) é, portanto, concebido como um enquadre intimamente relacionado ao evento em questão e que fornece meios para sua adequada interpretação.

Dessa forma, podemos dizer que, segundo a sociolinguística interacional, *contexto* pode ser definido não somente como conhecimento, mas como conhecimento e situação. O *contexto* é interno e externo ao indivíduo (Schiffrin, 1994).

A importância do *contexto* para o ensino de uma segunda língua reside assim na compreensão acerca do que está acontecendo em dado momento e na viabilização da participação dos indivíduos através da interpretação das ações de uma situação específica. Isso se torna possível devido ao acúmulo de conhecimento sobre os *contextos* que os indivíduos adquirem em sua vivência na sociedade. Para que possam participar de uma interação sem grandes dificuldades, não basta que os alunos estrangeiros aprendam palavras e seus significados isolados. É necessário que eles aprendam a fazer previsões sobre o que vai acontecer, a ter expectativas na língua alvo.

2.3.2 A contribuição da Antropologia Cultural

Embora não seja nosso objetivo realizar aqui uma pesquisa antropológica, consideramos os conceitos da Antropologia Cultural selecionados para embasar este trabalho de considerável relevância visto que linguagem e comportamento social estão intimamente ligados. Acreditamos que a observação dos padrões interacionais característicos da sociedade brasileira contribuem, e muito, para entendermos as escolhas linguísticas de seus falantes.

2.3.2.1 A casa e a rua

Reconhecido autor de importantes estudos de antropologia brasileira, DaMatta apresenta em suas obras um conjunto de características da sociedade brasileira que define, em parte, o que é o Brasil. O modo próprio de ser dos brasileiros encontra sua base em uma imensa e rica diversidade, no sincretismo religioso, na fantasia, na flexibilidade, no jeitinho e na proximidade das relações pessoais, só para citar algumas características. É a mistura de todas elas que contribui para a construção de uma identidade social brasileira e influencia nosso comportamento linguístico-social.

Para compreendermos a sociedade brasileira, DaMatta (1997) considera como ponto de partida a análise das oposições e das ambiguidades que contribuem para a formação de sua cultura. Um dos seus mais importantes estudos divide a vida social brasileira em dois espaços fundamentais: *a casa*, espaço da afetividade, e *a rua*, espaço da indiferença.

O autor afirma serem *a casa* e *a rua* duas categorias sociológicas para os brasileiros, e não meros espaços físicos. *A casa* é um espaço privilegiado em relação à *rua*, um lugar quase que sagrado, onde encontramos proteção, solidariedade e companhia. É o espaço da troca. Já a *rua* é marcada pelas relações impessoais, onde encontramos o perigo, a negação e o isolamento. É o espaço do comércio, do lucro, embora seja também atrativo e necessário, pois é neste espaço que conseguimos o que nos é negado no espaço da *casa*: sexo, igualdade e trabalho, por exemplo. Contudo, às vezes englobamos a *rua* na *casa*, especialmente quando desejamos *dar um jeitinho* para resolver impasses institucionais ou legais, tratando tudo e todos de maneira bastante pessoal e doméstica. Esse englobamento pode também ser visto quando falamos de trabalho: o local de trabalho pode ser uma casa, onde os patrões são verdadeiros pais e seus funcionários são filhos.

É nessa base que se constrói a identidade brasileira: deparamo-nos frequentemente com nosso desejo de transferir as relações de *casa* para a *rua*, ou seja, transformar as relações sociais em relações pessoais.

“(…) estamos sempre procurando estender as confortáveis relações pessoais, com toda a sua carga de afetividade e emotividade, para os outros tipos de relações. Este é um dos motivos por que as relações interpessoais são indiscutivelmente mais informais no português – mormente no português do Brasil – do que no inglês.” (Meyer 2001)

Na verdade, tanto a *rua* pode ser uma espécie de extensão da *casa*, quanto a *casa* ser uma espécie de extensão da *rua*:

“A *rua* pode ser vista e manipulada como se fosse um prolongamento ou parte da *casa*, ao passo que zonas de uma *casa* podem ser percebidas em certas situações como parte da *rua*.” (DaMatta, 1997: p. 96)

A *casa* e a *rua* são, portanto, espaços complementares:

“No Brasil, o mundo ficaria sem sentido sem o contraste entre casa e rua.” (DaMatta, 2004: p. 18).

Na prática, essa extensão dos espaços *casa* e *rua* acima mencionados pode ser observada na dificuldade do brasileiro em seguir regras e o tratamento familiar, próximo, que muitas vezes dispensa a pessoas estranhas e a superiores. Chamar alguém pelo primeiro nome, por exemplo, parece ser uma forma de diminuir a distância existente entre as pessoas.

“Nosso temperamento admite fórmulas de reverência, e até de bom grado, mas quase somente enquanto não suprimam de todo a possibilidade de convívio mais familiar. A manifestação normal de respeito em outros povos tem aqui a sua réplica, em geral, no desejo de estabelecer intimidade.” (Holanda, 1995: p. 148)

Como foi dito anteriormente, este conjunto de características que nos permite falar em identidade e cultura brasileira exerce influência sobre o uso da língua. O uso das formas e dos pronomes de tratamento, por exemplo, torna-se relativamente complexo para um estrangeiro, visto que está atrelado a padrões brasileiros de interação social observáveis sob diferentes aspectos. Até mesmo o brasileiro tem dificuldade em decidir quando e com quem utilizar, por exemplo, *o senhor/a senhora* ao invés de *você* e vice-versa. Não se trata de faixa etária simplesmente, mas de toda uma situação que envolve, principalmente, a questão da proximidade/distanciamento e o contexto. Reside aí a importância dos estudos

antropológicos sobre a sociedade brasileira para o presente trabalho, com destaque para os estudos sobre a categoria *casa/rua* de DaMatta.

2.3.3 Conceitos do Interculturalismo

A importância dos estudos sobre comunicação intercultural cresce a cada dia, o que se deve ao crescimento das populações multiculturais e à expansão da internacionalização dos mercados produtores e consumidores de todo o mundo, ou seja, ao processo de globalização mundial. Isso torna necessário o estabelecimento de relações, profissionais ou não-profissionais, entre pessoas de diferentes culturas e crenças. Cabe a esses estudos examinar como essas pessoas quebram barreiras e aprendem a lidar, por exemplo, com as diferentes interpretações dadas a uma palavra que pode ser facilmente traduzida de uma língua para outra e com situações e comportamentos estranhos à própria cultura, o que é imprescindível para evitar mal-entendidos e falsos julgamentos.

“As the globalisation of business brings executives more frequently together, there is a growing realisation that if we examine concepts and values, we can take almost nothing for granted. The word ‘contract’ translates easily from language to language, but notionally it has many interpretations. To a Swiss, German, Scandinavian, American or British person it is something that has been signed in order to be adhered to. Signatures give it a sense of finality. But a Japanese regards a contract as a starting document to be rewritten and modified as circumstances require. A South American sees it as an ideal which is unlikely to be achieved, but which is signed to avoid argument.”¹² (Lewis, 2003: p. 11)

Pelo estudo das diferenças culturais, a comunicação intercultural concorre para o estabelecimento de mútuo respeito entre grupos que não participam das mesmas ideias e valores, facilitando ou mesmo viabilizando a comunicação.

¹² Como a globalização dos negócios aproxima cada vez mais os executivos, há uma crescente conscientização que, se examinarmos conceitos e valores, não podemos dar quase nada como certo. A palavra ‘contrato’ pode ser facilmente traduzida de uma língua para outra, mas supostamente ela tem muitas interpretações. Para um suíço, um alemão, um escandinavo, um americano ou um britânico, contrato é algo que foi assinado para ser seguido. As assinaturas o dão um caráter definitivo. Mas os japoneses considera um contrato um documento inicial que será reescrito e modificado de acordo com as circunstâncias. Um sulamericano o considera um ideal que dificilmente será alcançado, mas que é assinado para evitar problemas.

Sendo assim, abordaremos aqui os estudos desenvolvidos por Bennett (1998), com ênfase para as diferenças entre cultura subjetiva e cultura objetiva, e Hall (1998), com particular interesse em seu conceito de contexto.

2.3.3.1 Conceito de cultura

Na seção anterior, verificamos que a cultura brasileira se manifesta de diversas maneiras, o que contribui para que o português brasileiro seja igualmente diverso e flexível. Segundo Meyer (2004), essa diversidade e flexibilidade de nossa língua torna o ensino de português para falantes de inglês, por exemplo, algo desafiador:

“(…) quando o foco desse processo de ensino/aprendizagem está colocado no comportamento social linguístico esperado do falante de português, e não apenas em estruturas e/ou regras gramaticais, há todo um universo de conhecimento, todo um conjunto de valores, atitudes, crenças, rituais sociais a serem conhecidos, assimilados, aceitos e, espera-se, utilizados com eficiência.” (ibid: p. 80)

Para que um aluno de PL2-E tenha sucesso no processo de aprendizagem do português brasileiro, ele precisa, então, ir além da aprendizagem de estruturas linguísticas, isto é, deve ter conhecimento de aspectos culturais essenciais para seu aperfeiçoamento enquanto falante. Um desses aspectos relevantes é, como vimos, a tentativa de tratar de modo familiar a maioria das situações. Segundo Hall (1989), não é fácil entender e aceitar a realidade da cultura até então totalmente desconhecida na sua essência, pois isso requer vivência, prática:

“Understanding the reality of covert culture and accepting it on a gut level comes neither quickly nor easily, and it must be lived rather than read or reasoned.”¹³ (ibid: p. 58)

¹³ Entender a realidade de uma cultura até então desconhecida e de fato aceitá-la não ocorre rapidamente nem facilmente, ela deve ser vivenciada ao invés de interpretada ou analisada.

Nesse momento é importante definirmos *cultura*, já que “a ligação entre língua e cultura é tão profunda e tão forte” (Elgin, 2000: p. 70) que torna impossível desassociá-las.

Os estudos sobre comunicação intercultural definem cultura sob a ótica da antropologia, ou seja, cultura refere-se, entre outros aspectos, aos costumes, crenças, língua e comportamentos de um determinado grupo que os difere dos demais e cria uma identidade característica:

“When we use the word ‘culture’ in its anthropological sense, we mean to say that culture is any of the customs, worldview, language, kinship system, social organization, and other taken-for-granted day-to-day practices of a people which set that group apart as a distinctive group. By using the anthropological sense of the word ‘culture’, we mean to consider any aspect of the ideas, communications, or behaviors of a group of people which gives to them a distinctive identity and which is used to organize their internal sense of cohesion and membership.”¹⁴ (Scollon & Scollon, 2001: p. 139-140)

Vale aqui falarmos em *cultura subjetiva*, ou seja, um conjunto de crenças, hábitos e valores culturais que estabelece os diferentes modos de interação de uma determinada sociedade, diferentemente da *cultura objetiva*, que consiste em manifestações visíveis de uma determinada sociedade, incluindo os sistemas social, econômico, político e linguístico, informação valiosa, mas de uso limitado no que se refere à interação face a face, pois não desenvolve competência intercultural (Bennett, 1998). Como as maiores diferenças culturais entre as diversas sociedades existentes encontram-se naqueles setores que envolvem as crenças e valores, devemos dar substancial importância aos estudos referentes à cultura subjetiva para que sejam fornecidos subsídios que possam garantir uma interação eficaz e satisfatória entre falantes e ouvintes de línguas/culturas diversas.

Precisamos, portanto, identificar os aspectos da cultura subjetiva de língua portuguesa que causam dificuldade e estranheza a falantes de uma outra língua para que estes tenham condições de aprimorar sua competência intercultural e,

¹⁴ Quando usamos a palavra ‘cultura’ no seu sentido antropológico, queremos dizer que cultura abarca qualquer aspecto dos costumes, opiniões, língua, sistema de parentesco, organização social, e outros hábitos corriqueiros de um povo que o distinguem dos demais. Ao usarmos o sentido antropológico da palavra ‘cultura’, buscamos considerar qualquer aspecto das idéias, da forma de se comunicar ou de se comportar de um grupo de pessoas que lhes concede uma identidade particular e o sentimento de coesão e união.

consequentemente, o uso da língua. O emprego das formas e dos pronomes de tratamento é um dos assuntos que devem ser analisados para que os aprendizes atinjam tal objetivo, uma vez que envolve o ambiente em que os falantes se encontram, faixa etária, distanciamento/proximidade e afetividade, entre outros.

2.3.3.2

Comunicação de alto e baixo contexto

O comportamento social brasileiro explicitado até aqui torna pertinente falarmos em *high-context communication* e *low-context communication*, conceitos difundidos por Hall (1998). Referem-se ao grau de internalização ou exteriorização das informações durante um ato comunicativo. Antes, contudo, é importante apresentarmos sua definição de contexto, isto é, a informação que se encontra estreitamente relacionada com o sentido do evento a que se refere:

“*Context* is the information that surrounds an event; it is inextricably bound up with the meaning of that event. The elements that combine to produce a given meaning – events and context – are in different proportions depending on the culture. The cultures of the world can be compared on a scale from high to low context.”¹⁵ (Hall & Hall, 1990: p. 6)

Nas culturas caracterizadas pela *high-context communication*, as informações são mais econômicas e maior importância é dada ao que queremos dizer, ou seja, as informações são mais implícitas. Já nas culturas caracterizadas pela *low-context communication*, as informações são mais extensas e maior importância é dada ao significado literal das palavras.

“A high-context (HC) communication or message is one in which *most* of the information is already in the person while very little is the coded, explicit, transmitted part of the message. A low-context (LC) communication is just the opposite, that is, the mass of the information is vested in the explicit code. (...) In general, high-context transactions are more on the feeling, intimate side while low-context ones are much less personal and oriented toward the left brain. It is also

¹⁵ *Contexto* é a informação associada a um evento; está inextricavelmente ligada ao significado do evento. Os elementos que se combinam para criar um determinado significado – eventos e contexto – são dependentes da cultura em diferentes proporções. As culturas do mundo podem ser comparadas numa escala que varia entre alto e baixo contexto.

relevant that shifts from high- to low-context signal the cooling of a relationship, while a move up the scale signals increased familiarity and usually warming, for example, forms of address from “Professor” or “Doctor” to using first names.”¹⁶ (Hall, 1998: p. 61)

A língua portuguesa do Brasil pode então ser definida como uma língua de *alto contexto*. Nosso conhecimento é situacional. Somos indiretivos acima de tudo, o que pode ser visto na dificuldade de proferirmos um *não* e todas as estratégias que utilizamos para negar algo a alguém, na maneira de mostrarmos que pretendemos encerrar um telefonema, nos rituais de agradecimento e nas formas de pedir ajuda. E não é diferente em relação as nossas escolhas quanto às formas e aos pronomes de tratamento: tratar um jovem rapaz utilizando o pronome *o senhor* é uma maneira sutil e indireta de lhe dizer que há uma distância entre ele e a pessoa que lhe dirige a palavra, sendo exigido, portanto, o mesmo tratamento, ou seja, *o senhor/a senhora*.

De modo geral, entender o conceito de comunicação de alto contexto e de comunicação de baixo contexto nos permite seguir determinada conduta e fazer escolhas apropriadas nas situações que envolvam pessoas de cultura diferente da nossa ou similar a nossa de maneira o mais consciente possível. Um grande desafio da comunicação intercultural é, portanto, fornecer meios ao falante para que ele perceba o contexto em que está inserido e o nível de informação apropriado a cada situação:

“One of the greatest communications challenges in life is to find the appropriate level of contexting needed in each situation.”¹⁷ (Hall, 1998: p. 9)

É essencial que levemos em consideração a visão de mundo do outro para que nossas diferentes mentalidades permitam que o mínimo de comunicação aconteça:

¹⁶ A comunicação ou mensagem de alto contexto (HC) é aquela em que a maior parte das informações já foi internalizada pela pessoa, enquanto muito pouco está no código e é explicitado na mensagem que está sendo veiculada. A comunicação de baixo contexto (LC) é exatamente o oposto, ou seja, a maior parte da informação está predominantemente explícita no código. (...) Em geral, as relações de alto contexto são baseadas mais nos sentimentos, na intimidade, enquanto as de baixo contexto são bem menos pessoais e orientadas para o lado esquerdo do cérebro. É relevante dizermos que mudanças de alto para baixo contexto marcam o esfriamento de uma relação, enquanto o contrário marca um aumento de proximidade e, por exemplo, formas de tratamento mais calorosas tais como o uso do primeiro nome ao invés de “Professor” ou “Doutor”.

¹⁷ Um dos maiores desafios da comunicação existentes é encontrar o nível apropriado de contextualização necessário a cada situação.

“Different languages provide different ‘segments of experience’ and there is little we can do about it, except to learn more languages. We cannot learn all of them, but at least the awareness of the problem and any allowances we can make for a foreign friend’s *Weltanschauung* will help us to establish whatever degree of communication our different mentalities permit.”¹⁸ (Lewis, 2003: p. 24)

Assim sendo, com base nestas correntes teóricas e seus conceitos, buscaremos desenvolver nosso trabalho e explicitar sua relevância para o ensino de PL2-E.

¹⁸ Línguas diferentes fornecem ‘segmentos de experiência’ diferentes e há pouco a se fazer quanto a isso, a não ser aprender mais línguas. Não podemos aprender todas elas, mas pelo menos a conscientização em relação ao problema e qualquer esforço no sentido de considerar a *visão de mundo* de um amigo estrangeiro nos ajudarão a estabelecer algum grau de comunicação.